

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 47.706 - RO
(2015/0042522-0)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : SAMUEL PEREIRA DE ARAÚJO
ADVOGADO : SAMUEL PEREIRA DE ARAUJO (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTROS - RO003681
RECORRIDO : ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADOR : IGOR ALMEIDA DA SILVA MARINHO E OUTRO(S) -
RO006153

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por SAMUEL PEREIRA DE ARAÚJO, com fundamento no art. 105, II, *b*, da CF/1988, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Narram os autos que a parte ora recorrente impetrou o subjacente mandado de segurança contra suposto ato ilegal do PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, que determinou, em sede de revisão e atualização de cálculos referentes a precatório de seu interesse, que fossem corrigidos erros materiais encontrados durante a correição do Conselho Nacional de Justiça – CNJ no Precatório n. 2001946-34.1993.8.22.0000.

A segurança foi denegada nos termos da ementa que se segue (fls. 296/297):

Mandado de segurança. Ato administrativo. Autotutela. Cálculos de precatório. Revisão. Atualização. Erro material. Possibilidade. Princípio da Segurança Jurídica. Coisa Julgada. Violação. Não Configuração. Juros compensatórios. Juros moratórios. Cumulação. Impossibilidade. Juros de mora. Período previsto. Impossibilidade.

1. Os atos do Presidente do Tribunal que disponham sobre processamento e pagamento de precatório não têm caráter jurisdicional (Súmula n.311 STJ): têm natureza administrativa e, conseqüentemente, podem ser combatidos por meio de Mandado de Segurança.

2. O ato administrativo fundado na aplicação da autotutela que visa à correção de vício insanável não encontra óbice no prazo decadencial.

3. Não há afronta à coisa julgada e ao princípio da segurança

jurídica quando a decisão combatida tem natureza administrativa e visa corrigir nulidade de ato pretérito - erro de cálculo - (CPC, 463, I).

4. A nova redação do art. 100, §12º, da Constituição é aplicável ao caso, pois dá consistência ao entendimento expresso do STF, vigente à época da sentença de mérito.

5. Não ocorre a cumulação de juros moratórios e compensatórios em sede de desapropriação, em observância à nova sistemática das execuções contra a Fazenda Pública disposta na Constituição Federal.

6. Os juros moratórios não incidem no período entre a data da expedição e a data do efetivo pagamento do precatório, previsto no dispositivo constitucional (Súmula Vinculante n.17).

Sustenta a parte recorrente, em apertada síntese, que: (a) nada obstante os cálculos referentes aos seus créditos houvessem sido homologados em sentença prolatada em 23/6/1992, posteriormente confirmada por acórdão do Tribunal de origem, que transitou em julgado em 24/6/1993, *"o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o devedor [...] apresentaram nova metodologia de cálculos, bem como nova atualização"* (fl. 345); (b) nos termos da Súmula 311/STJ, o Presidente do Tribunal de origem não tem competência para alterar o valor da condenação imposta ao Estado, e seria do Juízo que decidiu a causa em primeiro grau a resolução de questões incidentes; (c) *"é manifestamente incabível que seja excluído o cômputo de juros moratórios durante o denominado período de graça"* (fl. 347), pois o precatório não foi pago no prazo legal, motivo pelo qual incide na espécie a Súmula Vinculante 17/STF; (d) *"a decisão do Presidente do TJ/RO que, a pretexto de corrigir erros materiais, determinou a revisão dos critérios de cálculo dos valores do precatório, é inconstitucional e ilegal, conforme a orientação do STF"* (fl. 348); (e) tal decisão também importa em afronta ao princípio da boa-fé objetiva; (f) decadência administrativa, nos termos do art. 54 da Lei 9.784/1999, uma vez que *"o precatório foi expedido há mais de vinte anos"* (fl. 354); (g) a partir da conjugação dos arts. 5º, XXXVI e LIV, da Constituição Federal, e 2º, XIII, da Lei 9.784/1999, não se mostra possível a retroação do entendimento firmado por esta Corte à luz da Emenda Constitucional 62/2009, na medida em que, *"na época da expedição do precatório (30.6.1993), a orientação jurisprudencial era pacífica no sentido de que o termo final para a incidência dos juros compensatórios era a data do efetivo pagamento do precatório"* (fl. 365); (h) *"é*

incabível a retroação da orientação quanto ao termo final dos juros compensatórios, para impedir a cumulação de juros moratórios e compensatórios em período anterior à data da vigência da referida Emenda Constitucional nº 62/2009, sob pena de se admitir que norma posterior prejudique direito adquirido ao cômputo cumulativo dos juros compensatórios e moratórios em período que antecede a sua vigência (art. 5º, XXXVI, CF)" (fl. 376).

Por fim, requer (fl. 377):

a) seja reconhecido o erro do ato do Presidente do TJ/RO que ensejou a impetração, COM A CONSEQUENTE CORREÇÃO DO VALOR DO PRECATÓRIO para que sejam computados os juros compensatórios a que o impetrante faz jus, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO A NECESSÁRIA INCIDÊNCIA DE JUROS MORATÓRIOS NO PERÍODO DE GRAÇA (TÓPICO 3) para um dos seguintes valores:

(a.1) o valor constante da certidão em anexo, devidamente atualizado (caso seja acolhida alguma das teses que ensejam a manutenção desse valor - tópicos 4, 5 e 6 desta peça);

OU

(a.2) valor que considere a incidência dos juros compensatórios até a data do efetivo pagamento do precatório ou até a data da publicação da 'tirada de jurisprudência' realizada pelo STJ (08.03.2010) ou, quando muito, até a data da entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 62/2009 (10.12.2009), caso, não sendo acolhida alguma das teses dos tópicos 4, 5 e 6, seja acolhida a tese dos tópicos 7 ou 8.

Contrarrazões às fls. 384/399.

O Ministério Público Federal, em parecer do Subprocurador-Geral da República FLÁVIO GIRON, opinou pelo não provimento do recurso ordinário (fls. 416/419).

É O RELATÓRIO. PASSO À FUNDAMENTAÇÃO.

Como relatado, durante correição realizada no Precatório n. 2001946-34.1993.8.22.0000, o CNJ apontou a existência de erros materiais nos respectivos cálculos do *quantum debeatur*, nos seguintes termos (fls. 248/252):

2.1. PRECATÓRIO n. 2001946-34/1993

CREDOR: ROMÃO PAULO e OUTROS

DEVEDOR: ESTADO DE RONDÔNIA

Constata-se que o cálculo de fls. 485/487, dos autos de origem, que ensejou o presente precatório tem sido utilizado nas frequentes atualizações realizadas pela contadoria do TJRO.

Ocorre que a conta indicada que liquidou a quaestio, colocando-a em termos para a execução, padece de vícios que atentam contra a razoabilidade do quantum obtido ao fim da conta de liquidação.

Por primeiro, após indicar determinado resultado no item I, o somatório do principal, da correção monetária, dos juros compensatórios e dos juros moratórios, até 15/1/1989, fez incidir, novamente, juros compensatórios e juros moratórios, como se vê no item [ilegível] da conta inquinada.

Neste ponto, é importante notar a elevação artificial do valor indicado inicialmente, seja por incidência de juros moratórios sobre juros moratórios, seja pela incidência de juros compensatórios sobre juros compensatórios e moratórios, prática de capitalização de juros vedada pela Súmula 121/STF.

Por segundo, nova capitalização de juros é constatada no item 3 da conta de liquidação, co nova incidência de juros moratórios e juros compensatórios sobre os já havidos juros moratórios e compensatórios.

Assim, o resultado final [ilegível] levada em consideração a inquinada conta de liquidação, não se mostra razoável e compatível com a missão almejada de dar justa indenização ao credor, pois muito superior ao quantum devido.

Recomendação: elaborar novo cálculo para converter o decisório contido na sentença de mérito, com o fito de dar justa e razoável indenização ao credor, atentando-se a Contadoria do TJRO aos parâmetros definidos no dispositivo da sentença e nas contas próprias concernentes à composição de juros moratórios e compensatórios, com vistas a atender à especialidade das atualizações de créditos no âmbito dos precatórios.

Neste passo, convém consignar dois pontos a serem observados no cálculo de atualização a ser feito.

O primeiro se refere à exclusão dos juros moratórios no período de graça constitucional, com fundamento no art. 100, § 5º, da Constituição Federal, que deve iniciar na data em que foi lançada a conta de liquidação que deu origem ao ofício requisitório que formaliza o precatório.

Assim, a graça constitucional, em que não incidem os juros

moratórios, deve compreender o período entre a data do cálculo de liquidação do valor requisitado e a data após o fim da graça constitucional, que ocorre ao primeiro dia de janeiro do ano subsequente ao ano orçamentário de inscrição do precatório.

O segundo ponto a ser observado se refere à fluência dos juros compensatórios, que deve cessar com a expedição do precatório, vale dizer, na data do protocolo e formalização do precatório, como se vê em remansosa jurisprudência do STJ e do STF, que colacionamos abaixo:

[...]

Dessa forma, a título de orientação, lançamos cálculo de atualização com os parâmetros indicados acima, fazendo incidir os juros compensatórios e os juros moratórios apenas sobre o valor principal, como se verifica nos demais precatórios formalizados no TJRO.

[...]

Referidos cálculos foram acolhidos pela autoridade impetrada (fls. 144/154).

Logo, não há se falar em decadência administrativa, pois, nos termos do art. 1º-E da Lei 9.494/1997, "*são passíveis de revisão, pelo Presidente do Tribunal, de ofício ou a requerimento das partes, as contas elaboradas para aferir o valor dos precatórios antes de seu pagamento ao credor*", dentre os quais se incluem os juros moratórios calculados no chamado "*período de graça*". Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. PRECATÓRIO. RETIFICAÇÃO. ERRO DE CÁLCULO. COMPETÊNCIA DA PRESIDÊNCIA DO TJ. SÚMULA 311/STJ. JUROS EM CONTINUAÇÃO. EXCLUSÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. SÚMULA 17/STF. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO. INEXISTENTE. ART. 1º-E DA LEI 9.494/97. OBSERVÂNCIA. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. Cuida-se de recurso ordinário interposto contra acórdão que denegou a segurança à impetração havida contra ato do Presidente de Tribunal de Justiça que retificou cálculos no pagamento de parcelas de precatório, dividido sob a égide do comando constitucional derivado da Emenda Constitucional n. 33/2000; os impetrantes alegam, em síntese, que teria havido violação pela exclusão de juros em continuação.

2. "Os atos do presidente do tribunal que disponham sobre

processamento e pagamento de precatório não têm caráter jurisdicional." (Súmula 311, Primeira Seção, julgado em 11.5.2005, publicado no DJ em 23.5.2005 p. 371).

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acolhe a possibilidade de exclusão, como erro de cálculo, dos juros em continuação. Precedentes: RMS 45.029/SP, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 12.6.2014.) AgRg no RMS 43.859/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22.5.2014; e RMS 39.542/SP, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 13.11.2013.

4. O tema está pacificado pela Súmula Vinculante 17, do Pretório Excelso: "Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos." (Aprovação na Sessão Plenária de 29.10.2009, publicada no DJe n. 210 de 10.11.2009, p. 1, e no DOU de 10.11.2009, p. 1).

5. Não há falar em violação ao contraditório e à ampla defesa, tampouco em preclusão ou decadência, uma vez que se observa tão somente a revisão de ofício dos cálculos, que é determinada pelo art. 1º-E da Lei n. 9.494/97. Precedente: AgRg no RMS 43.859/SP, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 22.5.2014.

Recurso ordinário improvido.

(RMS 40.918/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 19/08/2014)

A seu turno, no que tange à questão da cumulatividade dos juros moratórios e compensatórios, defende a parte recorrente, a partir da conjugação dos arts. 5º, XXXVI e LIV, da Constituição Federal, e 2º, XIII, da Lei 9.784/1999, que não se mostra possível a retroação do entendimento firmado por esta Corte à luz da Emenda Constitucional 62/2009, na medida em que, *"na época da expedição do precatório (30.6.1993), a orientação jurisprudencial era pacífica no sentido de que o termo final para a incidência dos juros compensatórios era a data do efetivo pagamento do precatório"* (fl. 365).

Sucedendo que, nesse ponto, o Tribunal de origem deu à controvérsia solução que se encontra em harmonia com a jurisprudência desta Corte. Senão vejamos:

ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO. JUROS MORATÓRIOS E COMPENSATÓRIOS. INCIDÊNCIA. PERÍODO. TAXA. REGIME ATUAL. DECRETO-LEI 3.365/41, ART. 15-B. ART. 100, § 12 DA CF (REDAÇÃO DA EC 62/09).

SÚMULA VINCULANTE 17/STF. SÚMULA 408/STJ.

1. Conforme prescreve o art. 15-B do Decreto-lei 3.365/41, introduzido pela Medida Provisória 1.997-34, de 13.01.2000, o termo inicial dos juros moratórios em desapropriações é o dia "1º de janeiro do exercício seguinte àquele em que o pagamento deveria ser feito, nos termos do art. 100 da Constituição". É o que está assentado na jurisprudência da 1ª Seção do STJ, em orientação compatível com a firmada pelo STF, inclusive por súmula vinculante (Enunciado 17).

2. Ao julgar o REsp 1.111.829/SP, DJe de 25/05/2009, sob o regime do art. 543-C do CPC, a 1ª Seção do STJ considerou que os juros compensatórios, em desapropriação, são devidos no percentual de 12% ao ano, nos termos da Súmula 618/STF, exceto no período compreendido entre 11.06.1997 (início da vigência da Medida Provisória 1.577, que reduziu essa taxa para 6% ao ano), até 13.09.2001 (data em que foi publicada decisão liminar do STF na ADIn 2.332/DF, suspendendo a eficácia da expressão "de até seis por cento ao ano", do caput do art. 15-A do Decreto-lei 3.365/41, introduzido pela mesma MP). Considerada a especial eficácia vinculativa desse julgado (CPC, art. 543-C, § 7º), impõe-se sua aplicação, nos mesmos termos, aos casos análogos. A matéria está, ademais, sumulada pelo STJ (Súmula 408).

3. Segundo jurisprudência assentada por ambas as Turmas da 1ª Seção, os juros compensatórios, em desapropriação, somente incidem até a data da expedição do precatório original. Tal entendimento está agora também confirmado pelo § 12 do art. 100 da CF, com a redação dada pela EC 62/09. Sendo assim, não ocorre, no atual quadro normativo, hipótese de cumulação de juros moratórios e juros compensatórios, eis que se tratam de encargos que incidem em períodos diferentes: os juros compensatórios têm incidência até a data da expedição de precatório, enquanto que os moratórios somente incidirão se o precatório expedido não for pago no prazo constitucional.

4. Recurso especial parcialmente provido. Recurso sujeito ao regime do art. 543-C do CPC.

(REsp 1.118.103/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 08/03/2010 – julgado sob o rito dos recursos representativos de controvérsia repetitiva)

Procede, contudo, o inconformismo da parte recorrente no que tange ao termo final dos juros moratórios.

Com efeito, é certo que, "durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos" (Súmula Vinculante 17/STF). **Todavia, tal regra é excepcionada na hipótese em que há o vencimento do precatório sem que este seja pago.** Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. PRECATÓRIO. CRITÉRIOS DE CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. APLICAÇÃO DA SÚMULA VINCULANTE 17/STF. ART. 1º-F DA LEI 9.494/1997 COM A REDAÇÃO DA LEI 11.960/2009. MODULAÇÃO DE EFEITOS NAS ADIS 4.425 E 4.375. HISTÓRICO DA DEMANDA

1. Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança que ventila as seguintes pretensões: a) entre 11.1.2003 e 28.6.2009 devem incidir juros de mora no percentual de 1% ao mês, por força da aplicação do Código Civil de 2002; b) de julho de 2009 até janeiro de 2013, os juros de mora devem ser calculados à base de 0,5%, e a correção monetária pelo IPCA-E; e c) devem ser pagos juros de mora entre a expedição e o vencimento do precatório, pois ele foi adimplido fora do prazo constitucional.

JUROS DE MORA ATÉ A LEI 11.960/2009 2. A pretensão de pagamento de juros de mora de 1% ao mês entre 2003 e 2009 não prospera, já que: a) a taxa de juros foi fixada em decisão judicial transitada em julgado, que não pode mais ser alterada, haja vista que está acobertada pelo manto da coisa julgada; e b) descabe rediscutir os juros aplicados entre a execução do título e a expedição do requisitório de pagamento, em razão da estabilização do valor da dívida pela expedição do precatório.

JUROS DE MORA 0,5% AO MÊS E CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IPCA-E A CONTAR DA LEI 11.960/2009 3. Houve, na origem, conciliação quanto ao precatório, havendo apenas a ressalva, pelos ora recorrentes, quanto aos critérios de juros de mora (fls. 57-65/e-STJ): "Os credores ressalvam o direito à aplicação da SÚMULA VINCULANTE Nº 17 do STF e dos juros de mora no percentual vigente antes da Medida Provisória nº 2.180, de 24 de agosto de 2001 na atualização do valor de seus créditos".

4. Está expressamente registrado no ato judicial atacado pelo Mandado de Segurança que, "a partir de julho de 2009, os juros e correção monetária seguiram a disciplina da Lei 11.960/2009, na atualização da dívida" (fl. 92/e-STJ).

5. A autoridade coatora prestou informações em que esclarece (fls.

215-216/e-STJ, grifei): "(...) houve variação na taxa de juros da caderneta de poupança, não podendo assim esses juros ser estabelecidos de modo fixo nesse período. Ora, os juros da liquidação devem seguir o índice oficial de remuneração da caderneta de poupança (...)".

6. Tal compreensão está de acordo com a modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade feita pelo Supremo Tribunal Federal nas ADIs 4.425 e 4.375: "Confere-se eficácia prospectiva à declaração de inconstitucionalidade dos seguintes aspectos da ADI, fixando como marco inicial a data de conclusão do julgamento da presente questão de ordem (25.03.2015) e mantendo-se válidos os precatórios expedidos ou pagos até esta data, a saber: (i) fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015, data após a qual (a) os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E)" (ADI 4425 QO, Relator: Min. Luiz Fux, Tribunal Pleno, Publicado em 4.8.2015).

7. Considerando, pois, que o precatório foi pago em janeiro de 2013 de acordo com a remuneração da caderneta de poupança e que o STF estabeleceu tal critério de atualização como o correto até a data da modulação de efeitos (25.3.2015), não merece prosperar a pretensão mandamental deduzida.

8. Ademais, a via do Mandado de Segurança não é adequada para averiguação concreta da correta utilização dos índices da caderneta de poupança por demandar dilação probatória, sem prejuízo da utilização das vias ordinárias cabíveis.

INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA ENTRE A REQUISIÇÃO E O PRAZO FINAL DE PAGAMENTO DO PRECATÓRIO (SÚMULA VINCULANTE 17/STF) 9. O regime de conciliação de pagamento dos precatórios estabelecido pela EC 62/2009 não suplanta a regra insculpida pela Súmula Vinculante 17/STF ("Durante o período previsto no parágrafo 1º do artigo 100 da Constituição, não incidem juros de mora sobre os precatórios que nele sejam pagos").

10. Os regimes jurídicos de pagamento regular de precatório e de conciliação previsto na EC 62/2009 não são excludentes. A EC 62/2009 veio para viabilizar a transação para aqueles precatórios que não foram pagos no período previsto no § 5º (antigo § 1º mencionado pela Súmula Vinculante 17/STF) do art. 100 da Constituição Federal, ou seja, regula os precatórios que ultrapassaram o prazo constitucional, impondo, a partir da

mora, o seu próprio regime jurídico.

11. A interpretação jurisprudencial que embasou a Súmula Vinculante 17/STF estabeleceu que não há mora do ente público durante o prazo constitucional de pagamento, já que é norma ritualística de observância obrigatória fixada pela Lei Maior.

12 "Para os precatórios expedidos até 1º de julho e não pagos pelo Poder Público até o último dia do exercício financeiro seguinte, correrão juros de mora do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao fim do prazo constitucional até a data do efetivo pagamento." (Rcl 13.684 AgR, Relator: Min. Dias Toffoli, Primeira Turma, Publicado em 21.11.2014. Na mesma linha: Rcl 15.881 AgR, Relatora: Min. Cármen Lúcia, Tribunal Pleno, Publicado em 24.10.2013).

13. Assim, somente com a mora (superação do prazo constitucional) aplicar-se-á o regime da EC 62/2009, a qual não pode tutelar o rito ordinário de pagamento dos precatórios, especialmente impondo juros de mora quando a Constituição Federal não assim previa (Súmula Vinculante 17/STF).

14. Recurso Ordinário não provido.

(RMS 47.896/MG, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 12/02/2016)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. PAGAMENTO FORA DO PRAZO CONSTITUCIONALMENTE ESTABELECIDO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO PRIMEIRO DIA SUBSEQÜENTE AO TÉRMINO DO PRAZO ATÉ O EFETIVO PAGAMENTO.

1. Os juros moratórios não incidem entre a data da elaboração dos

cálculos e o efetivo pagamento da requisição de pequeno valor, desde

que satisfeito o débito no prazo constitucionalmente previsto para

sua observância. Precedente da Corte Especial.

2. Descumprido o prazo de 60 dias para pagamento da RPV, contam-se juros de mora a partir desse momento, ou seja, do primeiro dia subsequente ao término do prazo até o efetivo pagamento, visto que o Estado só se encontra em mora quando transcorrido o tempo estabelecido para executar a obrigação.

3. Recurso Especial provido."

(REsp 1.252.055/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 10/06/2011)

In casu, a própria autoridade impetrada reconheceu que o precatório em tela se encontrava vencido, tanto assim que acolheu os cálculos realizados pelo CNJ, que, nada obstante houvesse excluído os juros moratórios no chamado "período da graça", admitiu a incidência de juros no período posterior. Senão vejamos (fls. 151/152):

[...]

Consubstanciado nos parâmetros de cálculos previstos pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e eliminando os erros materiais apontados, a Contadoria da Divisão de Precatório apresentou novel planilha de cálculo, atualizada pelo INPC-IBGE, no período de 01/7/2009 a 1/4/2013, que resultou num montante de 93.303.229,93 (noventa e três milhões, trezentos e três mil, duzentos e vinte e nove reais e noventa e três centavos), levando em consideração as seguintes regras, nos termos da orientação do CNJ:

[...]

JUROS MORATÓRIOS					
Nº	DESCRIÇÃO	DATA INICIAL	DATA INICIAL DATA FINAL	%	TAXA DE JUROS
1	TRÂNSITO JULGADO	30/04/1992	26/06/1992	0,5%	0,88%
2	PERÍODO DA GRAÇA	01/07/1992	31/12/1993	0,00%	0,00%
3	PÓS PERÍODO DE GRAÇA	01/01/1994	10/01/2003	0,50%	54,15%
4	CÓDIGO CIVIL	11/01/2003	30/06/2009	0,50%	38,82%
IMPACTO DA TAXA DE JUROS MORATÓRIOS					93,85%
5PROV.013/9801/07/200901/04/20130,50%22,50%					22,50%
IMPACTO DA TAXA DE JUROS MORATÓRIOS					116,35%

[...]

Essa compreensão no sentido de que, a despeito do vencimento do precatório, não foram computados juros moratórios no período da graça, também pode ser extraída do seguinte trecho do voto vista do em. Desembargador MOREIRA CHAGAS (fl. 334):

Dessa forma, entendendo que se deva conceder parcialmente a segurança, para o fim de acompanhar o voto do douto relator, no sentido de manter a decisão ora atacada com relação à impossibilidade de cumulação dos juros compensatórios com

*moratórios, fazendo-se incidir os primeiros até a data de expedição do precatório; **determinar a incidência dos juros moratórios a contar do término do prazo que teria para efetivar o pagamento - final do exercício seguinte ao da expedição do precatório - até o efetivo pagamento (excluindo-se, portanto, o período de graça constitucional); determinar a manutenção do precatório na 1ª Posição da Fila Unificada.***

Destarte, nesse ponto, deve ser reformado o acórdão recorrido.

ANTE O EXPOSTO, dou parcial provimento ao recurso ordinário em mandado de segurança para o fim de **determinar** que os juros moratórios, a serem calculados segundo os parâmetros de cálculos indicados pelo Conselho Nacional de Justiça, incidam no intervalo chamado período da graça constitucional. Custas *ex lege*. Sem condenação em honorários advocatícios, nos termos da Súmula 105/STJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator